

CIB CONSULTORIA ADMINISTRAÇÃO E
PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

CIB CONSULTORIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Acionistas da
CIB Consultoria Administração e Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da CIB Consultoria Administração e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CIB Consultoria Administração e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à CIB Consultoria Administração e Participações S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6, a Companhia tem realizado transações com partes relacionadas em montantes significativos, sendo registrados nas Rubricas "Partes relacionadas - ativo" e "Partes relacionadas - passivo". Os resultados dessas operações poderiam ser diferentes, caso tivessem sido realizados com terceiros. Nossa opinião não está modificada em virtude desse assunto.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campo Grande, 28 de março de 2025.

CIB CONSULTORIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2024	2023		Nota explicativa	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	51.419	70.311	Fornecedores	9	66.503	61.648
Contas a receber	5	257.731	227.655	Empréstimos e financiamentos	10	201	15.517
Impostos a recuperar		2.293	1.983	Obrigações trabalhistas	11	1.532	1.496
Despesas antecipadas		521	35	Obrigações tributárias	12	1.156	1.427
Adiantamentos		21	16	Dividendos a pagar		121	121
Depósitos judiciais		23	1	Outras contas a pagar		306	1.876
		<u>312.008</u>	<u>300.001</u>			<u>69.819</u>	<u>82.085</u>
Não circulante				Não circulante			
Partes relacionadas	6	2.858	1.235	Empréstimos e financiamentos	10	166	331
Impostos a recuperar		-	1	Contingências	13	184	122
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	74	49	Partes relacionadas	6	212.390	190.219
Imobilizado	8	399	630			<u>212.740</u>	<u>190.672</u>
		<u>3.331</u>	<u>1.915</u>				
				Patrimônio líquido			
				Capital social	14.a	2.000	2.000
				Reserva de lucros	14.b	30.780	27.159
						<u>32.780</u>	<u>29.159</u>
Total do ativo		<u><u>315.339</u></u>	<u><u>301.916</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>315.339</u></u>	<u><u>301.916</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CIB CONSULTORIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado do exercício
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2024	2023
Receita operacional líquida	15	75.657	136.168
Resultado operacional bruto		75.657	136.168
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	16	(8.916)	(8.532)
Despesas gerais e administrativas	17	(45.970)	(87.109)
Outras despesas operacionais		-	(681)
		(54.886)	(96.322)
Resultado antes do resultado financeiro		20.771	39.846
Receitas financeiras		9.756	18.790
Despesas financeiras		(25.347)	(43.842)
Resultado financeiro líquido	18	(15.591)	(25.052)
Resultado antes das provisões tributárias		5.180	14.794
Imposto de renda e contribuição social - corrente	7	(1.584)	(3.095)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	7	25	(1.425)
		(1.559)	(4.520)
Lucro líquido do exercício		3.621	10.274
lucro líquido por ação (R\$)		1,8105	5,14

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CIB CONSULTORIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	3.621	10.274
Outros resultados abrangentes		
Total do resultado abrangente do exercício	<u>3.621</u>	<u>10.274</u>
Total do resultado abrangente atribuível aos:		
Acionistas	<u>3.621</u>	<u>10.274</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CIB CONSULTORIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucro líquido/(prejuízos)	Total
		Retenção de lucros	Reserva legal		
Saldos em 1º de janeiro de 2023	2.000	16.485	400	-	18.885
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.274	10.274
Constituição de reserva de lucros	-	10.274	-	(10.274)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.000	26.759	400	-	29.159
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.621	3.621
Constituição de reserva de lucros	-	3.621	-	(3.621)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.000	30.380	400	-	32.780

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CIB CONSULTORIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2024	2023
Lucro líquido do exercício		3.621	10.274
Itens que não afetam o caixa operacional			
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	5	-	(3.497)
Depreciação	8	231	496
Provisões para contingência		62	(44)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10	728	2.031
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(25)	1.425
		<u>4.617</u>	<u>10.685</u>
Aumento líquido/(diminuição) das contas de ativo e passivo			
Contas a receber		(30.076)	20.908
Impostos a recuperar		(309)	(849)
Despesas antecipadas		(486)	607
Depósitos judiciais		(22)	(1)
Adiantamentos		(5)	21
Partes relacionadas (ativo)		(1.623)	1.914
Fornecedores		4.855	21.363
Partes relacionadas (passivo)		22.171	17.058
Obrigações trabalhistas		36	(32)
Obrigações tributárias		(271)	(1.608)
Outras contas a pagar		(1.570)	1.876
Caixa líquido das atividades operacionais		<u>(7.300)</u>	<u>61.257</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Imobilizado	8	-	205
Caixa líquido das atividades de investimentos		<u>-</u>	<u>205</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos com instituições financeiras	10	26.500	14.172
Amortização de empréstimos com instituições financeiras	10	(41.926)	(31.874)
Juros pagos	10	(783)	(6.384)
Caixa líquido das atividades de financiamentos		<u>(16.209)</u>	<u>(24.086)</u>
(Diminuição) / aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u><u>(18.892)</u></u>	<u><u>48.061</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		70.311	22.250
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		51.419	70.311
(Diminuição) / aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u><u>(18.892)</u></u>	<u><u>48.061</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A CIB Consultoria Administração e Participações S.A. ("Companhia"), fundada em 2005, criada para suportar a administração de seus cartões *private label*, tendo de fato iniciado as suas atividades como Instituição de Pagamento no final de 2018, quando passou a ser a emissora do cartão VUONCARD, para aceitação somente nas lojas do Grupo Pereira, não estando no momento sujeito a supervisão do Banco Central, uma vez que seus cartões não estão abertos ao mercado.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2025.

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras e instrumentos financeiros, que são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos afetados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis conforme as informações incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 5 - Contas a receber: Constituição de provisão para perdas esperadas no recebimento de créditos;
- Nota Explicativa nº 7.b - Imposto de renda e contribuição social diferidos: Constituição de provisões com base em estimativas razoáveis;
- Nota Explicativa nº 8 - Imobilizado: Mensuração da depreciação;
- Nota Explicativa nº 13 - Contingências: Constituição de provisão para causas que representem expectativas de perdas prováveis e estimadas com um certo grau de razoabilidade.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo.

3.2. Instrumentos financeiros

3.1.1. Ativos financeiros

a) Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

c) Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros esteja deteriorado.

Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

3.1.2. Passivos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração:

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, dividendos a pagar e outras contas a pagar são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Mensuração subsequente:

Após o reconhecimento inicial, fornecedores, empréstimos e financiamentos, dividendos a pagar e outras contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

c) Custos de empréstimos:

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

d) Desreconhecimento de passivos financeiros:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

3.3. Contas a receber

As contas a receber em sua maior parte, correspondem a recebíveis nas prestações de serviços financeiros a seus clientes, o principal produto ofertado pela Companhia é o cartão Vuon Card.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor da transação, que corresponde ao valor da venda, e representam recebíveis classificados como "custo amortizado", sendo deduzido o valor da provisão para perdas de crédito esperadas.

A Provisão para perdas de crédito esperadas são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável estimado.

3.4. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Companhia. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

As obras e demais imobilizados em andamento, enquanto não concluídas, são classificadas no ativo imobilizado como imobilizado em andamento.

ii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil fiscal de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis dos itens de ativo imobilizado, são revisadas ao longo do ano pela Administração da Companhia e, quando são detectadas mudanças relevantes relacionadas a manutenção dos bens e condições de uso do ativo, as mesmas são ajustadas para refletir os impactos na vida útil dos bens depreciáveis.

As vidas úteis estimada dos bens em uso são as seguintes:

- Máquinas e equipamentos: 10 anos;
- Móveis e utensílios: 10 anos;
- Equipamentos de informáticas: 5 anos;
- Instalações: 10 anos.
- Benfeitorias:

Em 31 de dezembro de 2024, a Administração não identificou a necessidade de ajustes das taxas de depreciação, em função de mudança de vida útil dos bens.

3.5. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3.6. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. São normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, quando relevantes, e são, subsequentemente, apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência.

3.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são reconhecidas para passivos de termo ou valor incertos que surgiram como resultado de transações passada.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela administração da Companhia e seus assessores jurídicos:

- Ativos contingentes: trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações contábeis apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco "Praticamente Certo"), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- Passivos contingentes: decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

Os depósitos judiciais em garantia, quando existentes, são atualizados monetariamente de acordo com os índices oficiais dos tribunais de justiça.

3.10. Reconhecimento de receita

A receita financeira é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida, a receber ou pelo abatimento de valores a pagar, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e bonificações concedidos ao cliente e outras deduções similares apropriadas no momento do fechamento da fatura.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito são apropriadas de uma única vez ao resultado na data do processamento das transações.

A receita de serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais é reconhecida no resultado quando da efetiva prestação do serviço.

3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 40% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias e créditos tributários entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

A determinação do Imposto de Renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas as posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros.

Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

3.12. Resultado financeiro líquido

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre investidos e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

O resultado financeiro líquido inclui principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre parcelamentos de faturas e tarifa sobre intermediações financeiras, despesas com juros sobre financiamentos, e juros sobre operações financeiras de mútuo.

3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 “Contratos de seguros”

A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023.

A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros.

Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma companhia (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Companhia. A Companhia efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

- b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 “Apresentação das demonstrações contábeis”

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar “práticas contábeis significativas” por “políticas contábeis materiais”. As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação.

- c) Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros

As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração em informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as companhias fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores.

3.14. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

Para as seguintes normas ou alterações, a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2): acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26: esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26: esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório afetam o direito de uma companhia de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1): esclarece que uma companhia deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da companhia - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

- e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2): exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que são emitidas pelo IASB.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Bancos	543	-
Aplicação financeira	50.876	70.311
	<u>51.419</u>	<u>70.311</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, têm rendimentos que variam de 70% a 100% do índice CDI, são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber

	2024	2023
Contas a receber	254.700	223.401
(-) Juros a apropriar	(166)	(4.038)
Recebimentos lojistas (a)	2.481	7.342
Cartão de débito	716	950
	<u>257.731</u>	<u>227.655</u>

- (a) O recebimento de lojistas está atrelado ao repasse das lojas do grupo que são autorizadas a efetuar o recebimento ou parcelamento de fatura do cartão VUON, onde os recebimentos são via dinheiro ou totem na loja.

A Companhia adota critério de provisão para perdas de créditos esperadas, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados e são classificadas quanto ao nível de risco de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas Resoluções 2.682/1999 e 2.697/2000 do Conselho Monetário Nacional.

As Resoluções CMN 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

O cronograma de vencimento dos títulos está relacionado a seguir:

	2024	2023
A vencer	257.704	138.707
Vencidos até 60 dias	11	32.847
Vencidos de 61 a 120 dias	3	20.725
Vencidos de 121 a 180 dias	13	35.376
	<u>257.731</u>	<u>227.655</u>

6. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia, outras empresas ligadas aos mesmos acionista da Companhia, seus Administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definição no Pronunciamento CPC 5 (R1).

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 2024, não houve remuneração do pessoal-chave da Administração (o mesmo em 2023).

Operações comerciais

	Ativo		Passivo	
	2024	2023	2024	2023
SDB Comercio de Alimentos Ltda.	1.623	-	5	9
Taguasul Comércio de Alimentos Ltda.	-	-	252	252
Comati Comércio de Alimentos Ltda.	-	-	124	124
Empresa Catarinense Sup. Ltda.	-	-	553	703
EBS Supermercados Ltda.	-	-	2.776	2.776
Huber Comércio de Alimentos Ltda.	-	-	369	479
Dipalma Comércio, Distribuição e Logística Ltda.	-	-	175	175
Comercial Pereira de Alimentos Ltda.	1.235	1.235	-	-
	<u>2.858</u>	<u>1.235</u>	<u>4.254</u>	<u>4.518</u>

As operações comerciais estão apresentadas nas notas explicativas nº 5 no ativo e nota explicativa nº 9 no passivo.

7. Imposto de renda e contribuição social

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(1.584)	(3.095)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	25	(1.425)
	<u>(1.559)</u>	<u>(4.520)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Apuração dos impostos reconhecidos no resultado:

	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	5.180	14.794
Alíquota do imposto	-40%	-40%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota de imposto combinada	(2.072)	(5.918)
Diferenças temporárias e permanentes:		
Ir Retido	279	-
Outras	(496)	(8)
Doações incentivadas	-	14
Dedução legal - Limite 240 mil sobre o adicional 10%	18	24
Dedução legal - Pejuizos Acumulados	687	1.368
Total	<u>(1.584)</u>	<u>(4.520)</u>
Alíquota efetiva	-31%	-31%

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	2024	2023
Contingências jurídicas	74	49
	<u>74</u>	<u>49</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

Os tributos diferidos são apresentados pelo líquido no balanço, por cada entidade legal, por haver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e por ser relacionado a mesma autoridade fiscal.

As movimentações dos impostos diferidos ocorreram da seguinte maneira:

	Ativo	Resultado
Em 1º de janeiro de 2023	1.474	-
(-) Diminuição	(1.425)	(1.425)
Em 31 de dezembro de 2023	<u>49</u>	<u>(1.425)</u>
(+) Aumento	25	25
Em 31 de dezembro de 2024	<u>74</u>	<u>25</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

8. Imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Custo inicial	Adições	Depreciação	Baixas	2024
						Líquido
Máquinas e equipamentos	10%	2	-	-	-	2
Móveis e utensílios	10%	75	-	(12)	-	63
Equipamentos de informática	20%	468	-	(203)	-	265
Instalações	10%	70	-	(14)	-	56
Obras em andamento	-	-	-	-	-	-
Benfeitorias	Contrato de aluguel	15	-	(2)	-	13
		<u>630</u>	<u>-</u>	<u>(231)</u>	<u>-</u>	<u>399</u>
						2023
Descrição	Taxa de depreciação	Custo inicial	Adições	Depreciação	Baixas	Líquido
Máquinas e equipamentos	10%	3	-	(1)	-	2
Móveis e utensílios	10%	87	-	(12)	-	75
Equipamentos de informática	20%	935	-	(467)	-	468
Instalações	10%	84	-	(14)	-	70
Obras em andamento	-	205	-	-	(205)	-
Benfeitorias	Contrato de aluguel	17	-	(2)	-	15
		<u>1.331</u>	<u>-</u>	<u>(496)</u>	<u>(205)</u>	<u>630</u>

9. Fornecedores

	2024	2023
Repasso a administradora de cartão	60.326	53.462
Fornecedores mercadorias uso consumo	1.023	600
Repasso a seguradora	5.154	7.586
	<u>66.503</u>	<u>61.648</u>

10. Empréstimos e financiamentos

Saldo composto por empréstimos e financiamentos obtidos para capital de giro, operações de arrendamento mercantil e Finame para aquisição de equipamentos e instalações operacionais, líquido dos encargos financeiros não incorridos até a data do balanço.

A composição do saldo nas datas dos balanços é demonstrada a seguir:

Tipo de operação	Juros (a.a.)	2024	2023
Conta garantida	3% e 100% a CDI	-	15.191
Leasing	de 4,40% a 4,44% e 100% a CDI	367	657
		<u>367</u>	<u>15.848</u>
Circulante		201	15.517
Não circulante		166	331

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Os encargos financeiros são variáveis, de acordo com a modalidade e a instituição financeira.

Garantias

Os empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia estão garantidos por: cessão fiduciária dos direitos ou títulos de crédito e alienação fiduciária de ativos imobilizados (Nota explicativa nº 8) e notas promissórias.

Cronograma de amortização da dívida

O cronograma de vencimento das dívidas registradas no não circulante da Companhia com empréstimos e financiamentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é o seguinte:

	2026	Total
Empréstimos e financiamentos	166	166

As mutações dos empréstimos e financiamentos estão assim apresentadas

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	37.323	580	37.903
Captações	14.172	-	14.172
Juros e variação monetária	119	-	119
Transferências	249	(249)	-
Amortização de principal	(29.962)	-	(29.962)
Juros pagos	(6.384)	-	(6.384)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>15.517</u>	<u>331</u>	<u>15.848</u>
Captações	26.500	-	26.500
Juros e variação monetária	728	-	728
Transferências	165	(165)	-
Amortização de principal	(41.926)	-	(41.926)
Juros pagos	(783)	-	(783)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>201</u>	<u>166</u>	<u>367</u>

11. Obrigações trabalhistas

	2024	2023
INSS	112	110
FGTS	39	39
IRRF sobre salários	149	144
Salários a pagar	160	165
Férias	641	589
Outras obrigações	431	447
	<u>1.532</u>	<u>1.496</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

12. Obrigações tributárias

	2024	2023
PIS a recolher	135	120
COFINS a recolher	624	557
CSLL a recolher	171	402
IRPJ a Recolher	-	143
Outras obrigações tributárias	226	205
	<u>1.156</u>	<u>1.427</u>

13. Contingências

A Companhia, no curso normal de sua atividade, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, os valores provisionados em 2024 no montante de R\$ 184 (em 2023, R\$ 122) de natureza cível é o montante que seus assessores legais avaliam como provável saída de recurso e este registrado na contabilidade.

	Cíveis	Total
Em 1º de janeiro de 2023	166	166
(-) Reversões	(44)	(44)
Em 31 de dezembro de 2023	<u>122</u>	<u>122</u>
(+) Adições	62	62
Em 31 de dezembro de 2024	<u>184</u>	<u>184</u>

Contingências passivas não registradas

A Companhia é parte em outros processos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de perda são possíveis ou remotas e, portanto, não foi objeto de provisão para contingências. As reclamações relacionadas a perdas possíveis em 31 de dezembro de 2024 estavam representadas por ações trabalhistas e cíveis, no montante estimado de R\$ 2.046 (em 31 de dezembro de 2023, R\$ 1.106). A Administração da Companhia entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social é de R\$ 2.000 (o mesmo em 31 de dezembro de 2023) divididos em 2.000.000 de ações (o mesmo em 2023), no valor nominal de R\$ 1 cada ação, totalmente integralizadas.

b) Reserva de lucros

	2024	2023
Reserva legal	400	400
Retenção de lucros	30.380	26.759
	<u>30.780</u>	<u>27.159</u>

Reserva legal, constituído à razão de 5% do lucro líquido do exercício social, conforme regido pela Lei Nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 que dispõe sobre as Sociedades por Ações, não ultrapassando 20% do capital social.

Retenção de lucros, constituído à razão do lucro líquido descontados a absorção de prejuízos acumulados e constituição da reserva legal.

15. Receita operacional líquida

	2024	2023
Receitas de serviços	85.604	153.555
Impostos sobre serviços	(9.947)	(17.387)
	<u>75.657</u>	<u>136.168</u>

16. Despesas com pessoal

	2024	2023
Salários	(3.613)	(3.937)
Férias	(540)	(535)
13º Salário	(479)	(493)
INSS	(988)	(1.077)
FGTS	(525)	(395)
Alimentação do trabalhador	(4)	(159)
Outras despesas com pessoal	(2.767)	(1.936)
	<u>(8.916)</u>	<u>(8.532)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

17. Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Prestação de serviços	(13.600)	(11.283)
Viagens e estadias	(94)	(118)
Despesas com publicidade	(5.169)	(4.818)
Contingências	(62)	45
Depreciação	(231)	(495)
Impostos, taxas e contribuições	(17)	(14)
Perdas de crédito	404	(67.236)
Provisão para perdas de crédito esperadas	-	(465)
(-) Recuperação da provisão para perdas de crédito esperadas	-	4.586
Outras despesas administrativas	(26.393)	(7.311)
	<u>(45.970)</u>	<u>(87.109)</u>

18. Resultado financeiro líquido

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeira	7.315	4.095
Encargos	-	2.637
Multas recebidas	2.283	11.975
Demais receitas financeiras	1583	83
	<u>9.756</u>	<u>18.790</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(926)	(963)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(731)	(5.112)
Multas e juros pagos	-	(9)
Juros mútuo	(23.335)	(20.652)
Demais despesas financeiras	(355)	(17.106)
	<u>(25.347)</u>	<u>(43.842)</u>
	<u>(15.591)</u>	<u>(25.052)</u>

19. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração, gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital e aspectos ambientais.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	2024	2023
Caixa equivalentes de caixa	51.419	70.311
Contas a receber e outros recebíveis	257.731	227.655
	<u>309.150</u>	<u>297.966</u>

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, os quais são consideradas de primeira linha.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Contas a receber e outros recebíveis

A composição por vencimento dos recebíveis na data das demonstrações financeiras para os quais foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável era a seguinte:

	2024	2023
Recebimento de lojistas	2.481	7.342
A vencer	255.389	134.454
Vencidos até 60 dias	11	32.846
Vencidos de 61 a 120 dias	3	20.725
Vencidos de 121 a 180 dias	13	35.376
	<u>257.897</u>	<u>230.743</u>
Juros a apropriar	(166)	(4.038)
	<u>257.731</u>	<u>227.655</u>

A realização do crédito do contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela diretoria. O contas a receber de clientes é relacionado a vários clientes e a Companhia considera o estágio dos procedimentos internos e externos de cobrança para estimar uma provisão para perdas esperadas no recebimento de créditos em contrapartida ao resultado para tais cheques, o que normalmente ocorre para cheques devolvidos sem expectativa de recebimento, sendo feita uma análise individual dos títulos, conforme metodologia revisada pela Administração.

Baseado no monitoramento do risco de crédito de clientes, a Companhia acredita que a provisão para perdas esperadas no recebimento de créditos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração em face de eventuais perdas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A gestão desse risco se dá pela composição de um capital de giro de curto prazo que sustente as operações de vendas, como: estoque médio e prazo médio de recebíveis.

Exposição a riscos de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Cronograma de amortização da dívida:

31 de dezembro de 2024	Valor contábil	Fluxo de caixa	12 meses	Acima de 13 meses	Total
Fornecedores	66.503	66.503	66.503	-	66.503
Partes relacionadas	212.390	212.390	-	212.390	212.390
Empréstimos e financiamentos	367	367	201	166	367
	<u>279.260</u>	<u>279.260</u>	<u>66.704</u>	<u>212.566</u>	<u>279.260</u>

31 de dezembro de 2023	Valor contábil	Fluxo de caixa	12 meses	Acima de 13 meses	Total
Fornecedores	61.648	61.648	61.648	-	61.648
Partes relacionadas	190.219	190.219	-	190.219	190.219
Empréstimos e financiamentos	15.848	15.848	15.517	331	15.848
	<u>267.715</u>	<u>267.715</u>	<u>77.165</u>	<u>190.550</u>	<u>267.715</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ser realizados antecipadamente.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário e TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Administração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2024	2023
Ativo circulante	312.008	300.001
Passivo circulante	69.819	82.085
Índice de liquidez	4,47	3,65
Resultado do período	3.621	10.274
Patrimônio líquido	32.780	29.159
RPL (retorno sobre o patrimônio líquido)	0,11	0,35
Resultado do exercício	3.621	10.274
Ativo total	315.339	301.916
RAT (retorno sobre o ativo total)	0,01	0,03
GAF (grau de alavancagem financeira) RPL/RAT	9,62	10,35

Aspectos ambientais

As instalações da Companhia e suas atividades estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais por procedimentos operacionais e controles. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

20. Seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.